

Conferência

**“Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique”,
organizada pelo IESE**

O lugar da exclusão social- uma leitura da sociedade em Cabo Verde

Iolanda Évora

Psicóloga social, Ph.D

Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, ISEG

Lisboa

Maputo, 22-23 de Abril de 2009

Resumo

De mendigos, pedintes, vagabundos e marginais que por séculos povoaram os espaços sociais estigmatizados, novos protagonistas vêm sendo apontados pelas representações e categorias de análise dos universos sociais contemporâneos construídos pela exclusão. A noção tornou-se familiar no quotidiano das mais diferentes sociedades -ricas e pobres-, ao descrever um processo em curso que atinge cada vez mais parcelas significativas da população mundial e define o seu destino excludente. E tal a sua saliência e dimensão nas sociedades modernas que autores como Paugam (1996) ou Castel (1995; 1998) vêm apontando para o perigo de estarmos perante a transformação de indivíduos num género particular, resultado da eficácia dos meios e das tácticas sociais que cada sociedade possui e utiliza para empurrar seus membros para determinado status.

Este trabalho pretende verificar a produtividade do conjunto de elaborações em torno do tema *exclusão social* aplicado à leitura de realidades como a da sociedade cabo-verdiana contemporânea. Em que medida é que as práticas sociais esclarecem sobre a participação dos excluídos no jogo social em Cabo Verde? Como são apreendidas, aplicadas e comunicadas as distinções proclamadas entre pessoas nos processos ordinários de interacção social no contexto social cabo-verdiano? Quais os processos, categorias ou manifestações que aparecem como fracturas e rupturas do vínculo social e representam, portanto, a exclusão social?

Referindo-se, em geral, às situações de desnudamento extremo, a noção de exclusão social corresponde ao imaginário de referência do excluído como aquele que não é mais nada, não tem mais nada. Deste modo, tem sido utilizada, principalmente, para definir o que é colocado de fora ou pertencente ao disfuncionamento social. Todavia, por uma óptica crítica, trata-se de um conceito-horizonte a partir do qual podem ser interrogados os mecanismos centrais da manutenção e do funcionamento da sociedade. Por esta óptica, a análise das interacções sociais é vista positivamente, pois, esclarece sobre como a exclusão social induz a uma organização específica de relações interpessoais e intergrupais que resultam num tipo específico de ordem social. Estes aspectos serão examinados a partir de discursos sobre a pobreza e a exclusão social, nomeadamente, os programas oficiais de combate à pobreza e as propostas de intervenção das organizações não governamentais vocacionadas para o trabalho junto a populações apontadas como socialmente excluídas.

A análise dos processos de desigualdade e diferenciação social em Cabo Verde tem centrado a atenção na desigualdade na repartição do rendimento, mais especificamente, sobre a pobreza, a sua distribuição sobre o tecido social cabo-verdiano e a relação com o desenvolvimento do país. Ao contrário desta ênfase na dimensão económica da exclusão social, permanecem pouco referenciados os aspectos sociais e simbólicos que, igualmente a caracterizam (Deschamps, 1998). No caso de Cabo Verde, os documentos de diagnóstico ou estratégias de desenvolvimento¹ dão conta, sobretudo, das estratégias de combate à pobreza no âmbito das políticas públicas, e mais recentemente, incluem a actividade da sociedade civil organizada para o efeito, por meio das organizações não governamentais (Ongs).

Esta preocupação com os níveis de pobreza em Cabo Verde parece encontrar a justificação na realidade do país pois, como mostram, por exemplo, as informações sistematizadas em 2004 (DECRP), ao longo da década de 1990, a pobreza relativa aumentou de modo significativo em Cabo Verde, com a população de pobres crescendo de 30 para 37% e a de muito pobres de 14 para 20%. O documento ressalta que a grande pobreza caracteriza sobretudo o meio rural onde vivem 68% dos muitos pobres, mas nos centros urbanos, o aumento foi mais rápido e a grande pobreza cresceu de 7 para 12% durante a década referida. No mesmo sentido, a visibilidade que a pobreza mantém entre os media, nos órgãos oficiais e na própria sociedade parece justificar-se pelo perfil da situação de precariedade em que muitos cabo-verdianos se encontram: “i) a incidência da pobreza é maior quando o chefe de família é mulher; ii) a influência da educação na determinação da pobreza é significativa; iii) os chefes de agregados jovens têm menos incidência, profundidade e gravidade da pobreza; iv) as ilhas de Santo Antão e Fogo (ilhas predominantemente agrícolas) apresentam a maior incidência de pobreza; v) a pobreza aumenta com a dimensão da família; vi) o desemprego afecta de forma bastante mais acentuada os pobres do que os não pobres; vii) é entre os trabalhadores não qualificados e os qualificados da agricultura e pescas que existe maior propensão para se ser pobre; viii) a agricultura e pescas são os sectores que mais contribuem para o número de pobres entre a população habitualmente empregada.” (DECRP, 2004, p.ii).

O cenário da desigualdade no país é ainda descrito pelo forte crescimento económico registado durante a referida década que, segundo as análises, aumentou a desigualdade relativa e modificou profundamente a estrutura económica, consagrando a hegemonia do sector dos

¹ Um levantamento da literatura sobre o assunto permite concluir que a iniciativa de sistematizar as informações do país sobre este tema parte, sobretudo, dos órgãos oficiais do Estado responsáveis pela área financeira e de planeamento estratégico ou das agências de ajuda internacional ao desenvolvimento que actuam no país, como por exemplo, o Banco Mundial ou PNUD.

serviços². Ao mesmo tempo, aponta-se que o sector agrícola tornou-se mais pobre³ e as principais causas da pobreza no país são encontradas, sobretudo, nas condições do sector rural em Cabo Verde e na reduzida empregabilidade dos pobres (DECRP, 2004).

A leitura das análises sobre a situação em Cabo Verde mostra que estas, em geral, concordam que as principais causas da pobreza centram-se nas características estruturais da agricultura de Cabo Verde, no elevado crescimento demográfico e na aleatoriedade do clima como explicações para a estagnação e os baixos rendimentos. Ou seja, o foco permanece nas causas que desde sempre costumam ser apontadas como razões da pobreza extrema do país, sem que sejam referidos, por exemplo, possíveis efeitos resultantes de decisões estratégicas tomadas pelos sucessivos governos no período pós-independência.

Os dados da situação em Cabo Verde (aqui resumidamente apresentados) parecem justificar a saliência do tema da pobreza como aspecto principal da exclusão social e esta tendência coincide com as leituras sobre as desigualdades que, tradicionalmente, se fazem em relação a diferentes sociedades; além da centralidade da esfera económica, o espaço do trabalho é eleito como lugar por excelência do debate sobre a exclusão. Como refere Arendt (1993) o trabalho, tido como princípio identitário exclusivo e marca da pertença ao mundo, é o espelho que define o apego evidente das sociedades contemporâneas à posição do ser e da sua utilidade à sociedade conforme as escalas das profissões e categorias socioprofissionais e somente na perspectiva económica de produção da riqueza.

Para os propósitos desta apresentação, destacamos que a sobredeterminação da esfera económica⁴ tem por efeito não somente a aplicação do conceito de exclusão social essencialmente em associação à pobreza, mas inclui, ainda, a definição dos excluídos como os “fracassados da socialização” porque não souberam adaptar-se às condições da sociedade contemporânea, principalmente, em termos de concorrência, rentabilidade e eficácia (Wanderley, 1999, p.16). No caso de Cabo Verde, as avaliações mais recentes indicam que as estratégias de sobrevivência tradicionalmente adoptadas no meio rural mais pobre- o trabalho nas Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO⁵) e a emigração dirigida para o exterior do país- mostram-se pouco adequadas e, a longo prazo, o seu efeito será o de contribuir para a

² Com forte expansão dos rendimentos em actividades como o turismo e outros serviços.

³ O DECRP (2004) considera que esta situação na agricultura deve-se à combinação da forte pressão demográfica com fenómenos de degradação dos solos.

⁴ Numa análise essencialmente dirigida à relevância da esfera económica e do trabalho, Châtel (1999) interroga se não convém de-particularizar a questão do trabalho exatamente para compreender em que a exclusão do mundo do trabalho, que permanece apesar de toda a inclusão no mundo social, é uma não-pertença-ao mundo. Ainda mais, caberia procurar além dos processos que estarão na origem da hegemonia do mundo do trabalho como princípio social definidor e da exclusão social como o complemento central desse mundo do trabalho.

⁵ As FAIMO empregam camponeses sem terra e em menor grau proprietários durante três a oito meses por ano, em trabalhos de construção de estradas e de banquetas que visam contrariar a degradação dos solos.

persistência da pobreza no meio rural, diminuindo a oferta de trabalho não rural. As duas principais estratégias têm um impacto negativo sobre a mobilidade social e a probabilidade de escapar à pobreza porque “constituem um incentivo à permanência dos camponeses na agricultura” (DECRP, 2004, p.50) ao invés de aceitarem o risco; no caso da emigração, as transferências privadas dos emigrantes para as famílias representa 11% dos rendimentos rurais e as FAIMO, igualmente, reforçam a permanência na agricultura nas condições actuais porque passaram a conferir direito à reforma (DECRP, 2004).

Ao contrário das estratégias de sobrevivência mencionadas, a actividade “informal” nos meios urbanos vem ocupando cada vez mais cabo-verdianos nos meios urbanos e constitui a principal saída de muitas famílias, envolvendo sobretudo mulheres e representando o principal factor da redução da incidência da pobreza entre as mulheres ao longo da década de 1990.

Os efeitos diversos das estratégias de sobrevivência adoptadas pelos mais pobres em Cabo Verde esclarecem, tal como confirma Astier, que a supremacia dos dispositivos de inserção profissional e social na instauração da ligação indivíduo-sociedade e a formulação de um projecto (profissional) como prova da capacidade (individual) de *entrar na sociedade* (Astier, 1997) visam gerar um tipo de subjectividade enquanto capacidade para agir em sociedade e ser actor face aos outros actores. Ou seja, não apenas as estratégias de sobrevivência adoptadas parecem comprometer a sobrevivência material de parte significativa da população como impedem os envolvidos de *entrar* no mundo que conta – em Cabo Verde, o mundo urbano-, permanecendo no mundo rural tido como muito menos relevante nas mudanças ocorridas no país nas últimas décadas.

Encontram-se acima indicadas as principais atribuições da pobreza como dimensão da exclusão social, noção esta que, de usos retóricos de diferentes qualidades⁶, traduz-se como falta de qualquer coisa – sinónimo do sufixo *less* - e descreve estados de *despossuir* pois, aplica-se a pessoas rejeitadas não apenas física, geográfica e materialmente (do mercado e de suas trocas), mas também do reconhecimento social (imaterial), das riquezas e valores sociais (Sawaia, 2001; Chatel e Soulet, 2001).

Por estas considerações, o facto de Cabo Verde ser apontado como um dos países de níveis mais altos de desigualdade social⁷ entre os países de desenvolvimento humano médio, sugere não apenas que, como concordam os diferentes relatórios, o crescimento económico reflecte-se

⁶ Desde que Lenoir (1974) iniciou a vasta aplicação da noção de exclusão realizando as transposições da ordem individual do fenómeno à ordem social, tem sido utilizada para definir quer estados de incapacidade física ou mental, quer fenómenos tão variados como racismo, desemprego ou conflitos internacionais. A polissemia tem caracterizado o uso da noção e, como nota Sawaia (2001), a exclusão social transformou-se num conceito que carrega qualquer fenómeno social.

⁷ Cerca de 20% da população consome somente 4.16% do consumo total, enquanto os 10% do topo contabilizam o consumo de cerca de 43% (Banco Mundial, “Cabo Verde, Diagnóstico da Pobreza”, Relatório X, 2004).

de forma diversa no tecido social e “a vida melhorou mas há aqueles para quem melhorou muito mais do que para os outros” (Proença, 2009, p.29). Além disso, os dados permitem levantar hipóteses sobre a consolidação de formas de reprodução social das diferenças entre os diferentes segmentos da população, da discriminação, da desigualdade, enfim, da divisão estruturante da sociedade cabo-verdiana. Neste caso, as considerações de Touraine sobre as transformações da exclusão social que, como uma forma de *mise-en-dehors* relativa ao corte existente entre as diferentes categorias sociais (Touraine, 1992), aplicam-se à situação que analisamos, sugerindo que, após a independência, e sobretudo a partir da década de 1980, a antiga oposição entre dominantes/dominados transforma-se em oposição horizontal entre *insiders/outsiders*, apresentando-se a forte imagem da dualidade *in/out* com muito maior evidência que a anterior *up/down*.

Todavia, seguindo o argumento de Castel (1995), os *in/out* não vivem em universos separados e, de alguma forma, o excluído encontra-se um pouco incluído, porque estar à margem não significa estar fora, mas viver a dissolução do laço social e perder o que lhe confere existência social. Evidenciam-se, assim, tanto os limites da hegemonia dos processos acima descritos como a importância das diversas relações e estratégias sociais que servem para legitimar, sacralizar e reproduzir as relações sociais de exclusão.

A interação social de exclusão. As ONG em Cabo Verde

Enquanto o significado mais próximo à etimologia do termo propõe a definição da exclusão a partir do que é *colocado fora* ou *pertencente ao disfuncionamento social*, pela crítica de Castel (1998), a exclusão é esclarecedora da forma de sociedade que a constrói, dos aspectos estruturais que a atravessam e, sobretudo, da natureza profunda dos homens que a compõem. Não se referindo a exclusão a situações fora do social, amplia-se o campo das abordagens que pretendem ir além das manifestações da exclusão em termos económicos, da estratificação de classe ou género, da escolarização ou outras vantagens materiais e alcançar as ligações entre todas estas manifestações (Goffman, 1988; Strauss, 1999). Por esta perspectiva, o fenómeno induz a uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupais (de forma material ou simbólica), que resulta num tipo específico de ordem social negociada, procedimentos de tratamento social e processos marcados por diferentes alternativas de exclusão (Sawaia, 2001; Wanderley, 2001). A atenção recai sobre as marcas no quotidiano, as manifestações e contextos diversos de existência da exclusão social em termos microsociais e sobre a acção das pessoas no decurso dos seus contactos ordinários, ou seja, naquilo que, quotidianamente, faz a qualidade de membro de uma sociedade.

Neste caso, ganham relevância, em primeiro lugar, as formas particulares de aproximação social entre os diferentes segmentos sociais que são admitidos em cada espaço social pois, como explica Mello (2001), no jogo da interacção social, tornam-se efectivos os sistemas de estratificação criadores das distinções relativas ao valor social do indivíduo que são comunicadas, apreendidas e aplicadas, quer nos processos ordinários da interacção face-a-face, entre agentes e vítimas, quer pela acção colectiva, por exemplo, dos grupos de defesa dos desfavorecidos ou pela actuação dos serviços públicos de assistência social.

Em relação à sociedade cabo-verdiana, a análise da literatura existente comprova que muito resta por analisar sobre os processos acima descritos, podendo-se mesmo identificar uma percepção social geral de que não se trata de uma sociedade que exclui pelos seus próprios mecanismos; constatando-se uma condição estrutural que a todos atinge (a seca prolongada e as condições históricas adversas), o quotidiano de desigualdade é descrito muito mais como um cenário único, composto de diferentes matizes de uma mesma pobreza e falta de recursos (Barros,). Ou seja, de forma consensual, as causas da exclusão social tendem a ser naturalizadas e a pobreza é considerada como a maior questão social.

As razões para que a rejeição social –que é o princípio subjacente à matriz fundamental do fenómeno da exclusão social- não emergja de forma evidente nas explicações e percepções sobre a desigualdade em Cabo Verde devem ser procuradas, por um lado, através da análise dos modos específicos de expressão de solidariedade e discriminação desenvolvidos pela sociedade cabo-verdiana. Estas formas surgem ao longo da História para ultrapassar os diferentes constrangimentos ao longo da sua História, em particular, minimizando a existência da exclusão social num contexto de pobreza quase extrema. Do mesmo modo, como sugere Barros (...), deve-se procurar compreender porque, na actualidade, ainda encontramos quase intactos, ideais de igualdade e de solidariedade assumidos colectivamente no período pós-independência, e que sustentam a confiança de alguns segmentos da população na actuação do Estado e das ONG por meio das políticas públicas e da sociedade civil que prometem melhorar a situação dos mais desfavorecidos⁸.

A análise, ainda que preliminar, da actuação das ONG em Cabo Verde permite examinar, mais de perto, as hipóteses acima adiantadas, bem como avaliar a qualidade do reconhecimento mútuo entre agentes e vítimas da exclusão, da qual depende o desempenho de uns e outros, por conseguinte, a eficácia relacional e o equilíbrio da colectividade. Certamente que, quanto mais

⁸ Conforme Proença (2009), as pessoas empenhadas no trabalho de ONG mostram-se particularmente convictas de que aquilo que o poder público e a sociedade civil estão a fazer, resolve os problemas da pobreza e da exclusão, e as opções que o Partido que estiver no poder toma representam variações somente quanto à forma mais ou menos lenta do processo e ao tipo de medidas.

eficientes e reivindicativas as acções dos grupos que servem de suporte aos excluídos, mais clareza agentes e vítimas possuem acerca dos itens da situação em que se encontram e da complementaridade das suas linhas de acção.

Em 2007, a Plataforma das ONG de Cabo Verde indicava que 211 ONG ou associações cabo-verdianas eram membros da Plataforma e actuavam predominantemente nos dois principais centros urbanos (Praia e Mindelo) e nas zonas rurais das ilhas mais agrícolas (Santiago e Santo Antão). Entre os domínios de actividade, predominam o desenvolvimento comunitário, a protecção/promoção da família, da mulher e da criança, a protecção dos deficientes, a formação profissional e as actividades de promoção do rendimento e de poupança/crédito. Encontram-se também registadas ONG ou associações de promoção da educação, saúde, pessoas idosas e habitação social, entre outras.

A existência e o crescimento destes grupos organizados podem ser consideradas manifestações dos tipos de fracturas e rupturas do vínculo social existentes na sociedade cabo-verdiana e as pessoas que atingem: pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais, desempregados de longa duração, jovens incapacitados de aceder ao mercado de trabalho, crianças desfavorecidas com o futuro comprometido, mulheres, famílias, emigrantes. Trata-se, portanto, de um importante indicador da posição da exclusão na estrutura social e das definições das situações que estruturam a interacção social (Anderson & Snow, 2001). Por exemplo, o facto de haver somente um registo de uma associação que declara como domínio de actividade, o tratamento de toxicodependentes é um importante indicador da relação que a sociedade estabelece com este segmento crescente da população, que não os parâmetros da normalidade instituída e cujos traços (individuais ou de grupo) são apresentados conforme as definições dos grupos dominantes acerca do que é sinal de desvalor ou de incapacidade social.

Os domínios das actividades e a localização geográfica dos grupos organizados também são importantes indicadores da proximidade ou afastamento do Estado e da presença/ausência de políticas públicas voltadas ao sector específico, o que explica que, ao contrário da toxicodependência, a existência de apenas algumas organizações de apoio de portadores do VIH/Sida, concentradas na capital, deve-se à fraca incidência da epidemia no país, ao investimento bem sucedido dos fundos internacionais no Programa de Combate ao VIH/Sida que tornou possível dirigir o foco, neste momento, às pessoas vivendo com o vírus, de modo a garantir-lhes a qualidade de vida e tornar a sociedade mais tolerante e solidária para com elas.

Em oposição, várias organizações pretendem promover o micro-crédito como alternativa para os segmentos mais desfavorecidos que não são considerados pelas instituições formais de atribuição de crédito.

Por conseguinte, os tipos de organizações existentes e os domínios de actividade esclarecem sobre a capacidade ou grau de comprometimento da participação social dos excluídos e permitem reconhecer os elementos pelos quais os grupos dominantes⁹ demonstram menos apreço em termos de valor social. Em síntese, pela presença/ausência de determinados grupos ou indivíduos organizados é possível conhecermos o modo pelo qual a exclusão social participa do trabalho de construção identitária e de definição da capacidade de ser membro de uma colectividade, podendo jogar o jogo da interacção social.

A exclusão como formas de inserção social (perversa)

O exame das formas de organização de apoio e defesa dos direitos dos excluídos evidencia as formas de participação dos excluídos no jogo social. Em geral, o surgimento de tais organizações é favorecido pelas circunstâncias em que, não sendo absoluta, a imposição sobre os excluídos orienta quer para a resistência colectiva à desaprovação social e o estigma, quer para a tentativa de preservação (ou resgate) da legitimidade cultural e da inclusão no grupo mais amplo. Este parece ser o caso das organizações que reivindicam e promovem a cidadania, a visibilidade social e espacial dos deficientes, e cujo crescimento significativo no país é acompanhado pelo reconhecimento mediático da legitimidade da sua actuação. A literatura tem destacado que grupos do género podem oferecer equilíbrio simbólico aos seus membros, constituindo rotinas e acções quotidianas que adquirem relevância transformadora na vida dos seus integrantes. De um modo geral, descreve-se que a participação em tais organizações permite que, a partir do seu estigma, o excluído construa um lugar social de forma a perceber as coisas, estabelecer estratégias de actuação e subversão social e agir conforme uma definição social de si que partilha com os demais. Porém, do que tratamos quando nos referimos aos indivíduos e grupos que não se encontram representados (e reconhecidos) em organizações legitimadas pela sociedade cabo-verdiana ou pelos poderes públicos, como é o caso dos reclusos ou os novos imigrantes oriundos, sobretudo, de países da África continental?

Nas interacções face-a-face ou nas relações instituídas fica clara a complexidade do processo de exclusão social. Sobretudo, evidencia-se o perigo de se estabelecer que os indivíduos só tenham a sua utilidade social reconhecida caso cumpram as exigências da re-socialização nos moldes da normalidade admitida. No entanto, caso a reflexão aspire ao entendimento do que faz o valor do homem em sociedade (mesmo quando socialmente é-lhe transmitido que não tem mais valor a partilhar), as práticas sociais são reveladoras de que a exclusão não pode ser separada da sua transmutação objectiva e simbólica em inclusão social.

⁹ Para uma análise sobre o papel das elites em Cabo Verde, ver o estudo de Gabriel Fernandes (...) e de Leão (...)

Como afirma Sawaia, é da sua qualidade essencial conter em si a sua negação e não existir sem ela; a exclusão é igual à inclusão (inserção social (perversa), esta não mais vista como adaptação e normatização, mas referente a mecanismos psicológicos de coacção que ligam o excluído ao processo de manutenção da ordem social (Sawaia, 2001). Quer dizer que, aplicado ao caso da sociedade cabo-verdiana, o não-reconhecimento de determinados grupos é, de facto, o reconhecimento do seu lugar social e, por conseguinte, dos lugares dos demais. Assim como todos os aspectos da definição dos indivíduos, a exclusão é relacional e, por conseguinte, a privação de qualquer ordem adquire toda a sua importância nas atitudes, intenções e acções sociais. Sendo uma privação relativa, a exclusão diz muito não apenas dos que por ela se encontram atingidos como do contexto social, dos grupos e seus interesses numa situação precisa. Quer dizer, esclarece sobre os não-excluídos e as normas para ser um membro útil e com valor pois, são as comparações com outros grupos que determinam a saliência psicológica do acesso mais ou menos difícil aos meios de produção e consumo de bens, a benefícios e oportunidades, ao sistema de valores e de significado social e a vínculos sociais significativos que, em cada momento da história, são negados ou retirados a determinados grupos e atribuídos a outros.

Por conseguinte, como modo de designação de certos aspectos da realidade social, ao invés de *modo de colocar de fora*, a exclusão abre a análise do que poderá ser a inclusão social e sobre o que define a sociedade cabo-verdiana, por exemplo, em termos de socialização, regulação social e solidariedade. A forma de integração dos novos imigrantes deixa claro que o processo exige que seja alcançado socialmente um acordo pois, as reacções de rejeição à presença imigrante (num país formado pela diáspora que permanece fora do arquipélago) sugerem dúvidas sobre as aptidões para se viver nesta colectividade. Esta situação confere oportunidade às questões a seguir: Como nos podemos integrar quando outros são distinguidos pela sua “inintegrabilidade”? Como se efectuam as “entradas em sociedade” e em que se sustentam os seus percursos? Em que bases repousam as formas de regulação às quais parecem escapar uma parte dos membros da colectividade?

Entretanto, se a noção permite-nos pontuar aspectos relevantes que marcam o quotidiano da sociedade cabo-verdiana actual, não se pode concluir que, para cada camada da população, possua o mesmo significado social ou se fundamente nas mesmas representações colectivas (Paugam, 1991). A natureza e a intensidade dos vínculos sociais diferem de lugar para lugar, assim como variam tanto as probabilidades de um indivíduo passar pelo processo de

desqualificação social, como as formas e intensidade dos apoios relacionais que a sociedade tem à disposição em situações de exclusão.

Portanto, aplica-se ao caso aqui referido, a necessidade de apreender as especificidades de cada segmento, de modo a conhecer as definições mais comuns na colectividade sobre o que torna um grupo desfavorecido, bem como os traços considerados desfavoráveis ou normais e o reconhecimento dos indivíduos que correspondem às definições sociais de desvalor ou incapacidade social. Este processo tem se mostrado importante na identificação tanto dos grupos desfavorecidos como dos grupos dominantes que apresentam os sinais da normalidade instituída, e esclarece, por conseguinte, sobre a distribuição de forças entre os diferentes grupos num espaço social determinado e as formas diferenciadas de legitimação social e individual no referido espaço.

Procurou-se desenhar aqui, um quadro composto de elementos importantes relativos à montagem e advento da exclusão na sociedade cabo-verdiana, e indicar a reflexão, ainda que resumida, das características gerais das formas de organização mais encontradas actualmente, como movimento essencial para compreender os aspectos que ligam o fenómeno da exclusão à criação e manutenção da ordem social no caso cabo-verdiano. O fenómeno da exclusão social figura como explicativo das formas como as questões sociais são tratadas em Cabo Verde e figura como meio importante de reportar às transformações às quais a sociedade cabo-verdiana foi confrontada recentemente e que exigem uma nova justaposição das categorias dos indivíduos considerados “normais” e os que são rejeitados dos mercados materiais e simbólicos e dos lugares sociais pelos quais os indivíduos são investidos de valor social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, L. ; Snow, D. (2001) « L'exclusion sociale et le soi : une perspective d'interactionnisme symbolique », *Sociologie et Sociétés*, vol.XXXIII,n. 2, automne, p.13-27.

ARENDT, H. (1993), *A condição humana*, 6ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 6º ed.

_____ (2001) *La crise de la culture, Huit essais de pensée politique*, 1^{re}, Paris, Gallimard.

ASTIER, I. (1997), *Revenu minimum et souci d'insertion*, Paris, L'Harmattan.

CASTEL, R. (1995) «Les pièges de l'exclusion», in *Lien social et Politiques* « Y a-t-il vraiment des exclus ? L'exclusion en débat», nº34.

_____ (1998) *As metamorfoses da questão social- uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

CHÂTEL, V. (1999), "Dé-particulariser la question du travail", in M.-H. Soulet (dir.) *Le Travail, nouvelle question sociale*, Fribourg, Éditions Universitaires.

DESCHAMPS, I. (1998) *Droit, pauvreté et exclusion*, Fondation Roi Baudouin, Bruxelles, Bélgica.

GOFFMAN, E. (1988), *Estigma- notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, 4ªed, Guanabara.

MELLO, S. L. (2001) "A Violência Urbana e a exclusão dos jovens", In: SAWAIA, B. (org.), (2001) *As artimanhas da exclusão*, Petrópolis, Vozes, p.129-140.

PAUGAM, S., (1991) *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, Presses Universitaires de France, coll. « sociologies », 4ème édition mise à jour 1997.

_____ (1993) *La société française et ses pauvres, L'expérience du revenu minimum d'insertion*. Paris, Presses Universitaires de France, Coll. « recherches politiques », 2 ème édition mise à jour 1995.

PROENÇA, C.S. (2009) « A exclusão social em Cabo Verde. Uma abordagem preliminar », *CEsA, Documentos de Trabalho* nº76. Lisboa.

ROY, S. (1995) « L'itinérance : forme exemplaire de l'exclusion sociale ? », in *Lien social et Politiques* « Y a-t-il vraiment des exclus ? L'exclusion en débat », nº34.

SAWAIA, B. (2001), "Introdução: exclusão ou inclusão perversa?", SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão*, Petrópolis, Editora Vozes.

SPOSATTI, A. (1996) *Mapa da Exclusão/Inclusão na cidade de São Paulo*. EDUC, São Paulo.

STRAUSS, A. (1999) *Espelhos e Máscaras*, São Paulo, Edusp.

TOURAINÉ, A. (1992) « Inégalités de la société industrielle, exclusion du marché », J. AFFICHARD et J. B. De FOUCAULD, *Justice sociale et inégalités*, Paris, Esprit.

WANDERLEY, M.B. (2001) "Refletindo sobre a noção de exclusão". In: SAWAIA, B. (org.) *As artimanhas da exclusão*, Petrópolis, Vozes, p.16-26.